



PREFEITURA MUNIC DE BOCAINA

RELATÓRIO CONCLUSIVO

Março de 2024

CONTROLE INTERNO
RELATÓRIO CONCLUSIVO

Gestão Orçamentária Execução - apuração até 31/03/2024

Conforme disposto na Lei Orçamentária Anual, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2024, a receita foi estimada inicialmente em 63.288.557,13 e atualizada em 63.309.981,13.

Na composição desse valor, estão englobadas as receitas correntes 72.111.357,13, as receitas de capital 21.424,00, assim como a correspondente dedução do FUNDEB 8.822.800,00.

Verificou-se, ainda, que até o mês da geração desse relatório, foi arrecadado e apropriado pelo regime de caixa, em conformidade com o Art. 35, da Lei nº 4320, de 1964, o montante de 16.477.928,84, ou seja, 26,03% do valor estimado.

Destacamos, para fins de apuração do resultado orçamentário, que houve transferências de duodécimos da ordem de 360.000,00 conforme quadro demonstrativo da despesa empenhada, liquidada e paga:

DESCRIPTIVO	EMPENHADA	%	LIQUIDADA	%	PAGA	%
DESPESAS CORRENTES	19.692.038,58	19,505%	11.827.913,44	71,780%	9.066.258,51	55,020%
DESPESAS DE CAPITAL	125.546,07	0,7619%	111.262,89	0,6752%	111.262,89	0,6752%
SUBTOTAL DESPESA	19.817.584,65	20,267%	11.939.176,33	72,455%	9.177.521,40	55,695%
SUBTOTAL DESPESA COM DUODÉCIMOS E TRAN	20.177.584,65	22,452%	12.299.176,33	74,640%	9.537.521,40	57,880%
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	-3.699.655,81	-22,45%	4.178.752,51	25,359%	6.940.407,44	42,119%

Gestão Orçamentária Planejamento - apuração até 31/03/2024

Conforme disposto na Lei Orçamentária Anual, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2024, a receita foi estimada inicialmente em 63.288.557,13 e atualizada em 63.309.981,13.

Na composição desse valor, estão englobadas as receitas correntes 72.111.357,13, as receitas de capital 21.424,00, assim como a correspondente dedução do FUNDEB 8.822.800,00.

Verificou-se, ainda, que até o mês da geração desse relatório, foi arrecadado e apropriado pelo regime de caixa, em conformidade com o Art. 35, da Lei nº 4320, de 1964, o montante de 16.477.928,84, ou seja, 26,03% do valor estimado.

Destacamos, para fins de apuração do resultado orçamentário, que houve transferências de duodécimos da ordem de 360.000,00 conforme quadro demonstrativo da despesa empenhada, liquidada e paga:

DESCRIPTIVO	EMPENHADA	%	LIQUIDADA	%	PAGA	%
DESPESAS CORRENTES	63.789.379,05	0,7572%	63.789.379,05	0,7572%	63.789.379,05	0,7572%
DESPESAS DE CAPITAL	2.685.473,83	4,2417%	2.685.473,83	4,2417%	2.685.473,83	4,2417%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	593.000,00	0,9366%	593.000,00	0,9366%	593.000,00	0,9366%
SUBTOTAL DESPESA	67.067.852,88	5,9356%	67.067.852,88	5,9356%	67.067.852,88	5,9356%
SUBTOTAL DESPESA COM DUODÉCIMOS E TRAN	67.427.852,88	6,5043%	67.427.852,88	6,5043%	67.427.852,88	6,5043%
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	-4.117.871,75	-6,504%	-4.117.871,75	-6,504%	-4.117.871,75	-6,504%

Disponibilidade Comprometida - apuração até 31/03/2024

A classificação por fontes ou destinações de recursos (FR) tem como objetivo agrupar receitas que possuam as mesmas normas de aplicação na despesa. Em regra, as fontes ou destinações de recursos reúnem recursos oriundos de determinados códigos da classificação por natureza da receita orçamentária, conforme regras previamente estabelecidas. Por meio do orçamento público, essas fontes ou destinações são associadas a determinadas despesas de forma a evidenciar os meios para atingir os objetivos públicos.

Este mecanismo contribui para o atendimento do parágrafo único do art. 8º da LRF e o art. 50, inciso I da mesma Lei:

Art. 8º

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

O quadro abaixo tem como objetivo verificar a correta aplicação e o fluxos dos recursos a sua finalidade específica.

FONTE DE RECURSO	DISPONÍVEL	COMPROMETIDO	DISPONIBILIDADE
EMENDAS PARL. INDIVIDUAIS/LEGIS.MUNIC.	641.468,55	313.526,36	327.942,19
EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS-exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	35.314,31	0,00	35.314,31
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIO	84.238,88	93.645,50	-9.406,62
RECURSOS PRÓPRIOS DE FUNDOS ESPECIAIS DE DESPESA-VINCULA	3.109,83	0,00	3.109,83
RECURSOS PRÓPRIOS DE FUNDOS ESPECIAIS DE DESPESA-VINCULA	0,00	0,00	0,00
TESOURO	8.843.211,49	9.998.665,01	-1.155.453,52
TESOURO-exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS	2.014.910,19	2.709.849,76	-694.939,57
TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS—exercícios	128.011,17	0,00	128.011,17
TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS	1.155.779,52	1.000.320,62	155.458,90
TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS-exercícios ai	462,35	0,00	462,35

Aplicação no Ensino - apuração até 31/03/2024

Específico à aplicação em manutenção e desenvolvimento do ensino, o Município teve uma receita de impostos e transferências correspondente ao montante de 13.955.264,72.

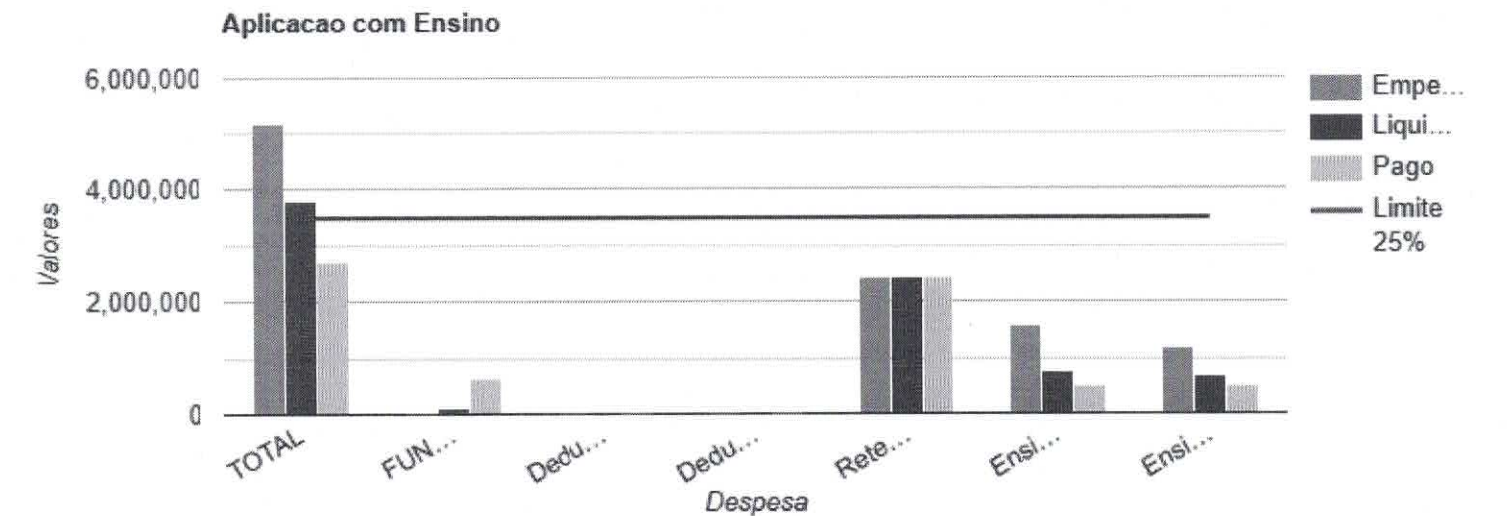
Conforme determina o artigo 212, da Constituição Federal, o valor mínimo a ser aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino deve ser de 3.488.816,18, equivalente a 25% da receita.

As despesas com o ensino infantil e fundamental (empenhadas, liquidadas e pagas), assim como os percentuais respectivos estão demonstradas no quadro a seguir:

Receitas e Transferências de Impostos :					13.955.264,72	
Valor de aplicação mínima (25%) :					3.488.816,18	
DESCRITIVO	EMPENHADA	%	LIQUIDADA	%	PAGA	%
Ensino Infantil	1.175.597,84	8,42	716.969,50	5,14	506.362,86	3,63
Ensino Fundamental	1.574.910,41	11,29	778.363,04	5,58	479.684,30	3,44
Retenções FUNDEB	2.403.937,62	17,23	2.403.937,62	17,23	2.403.937,62	17,23
Deduções Ensino Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDEB retido e não aplicado no retorno	0,00	0,00	108.415,92	0,00	675.411,05	0,00
TOTAL	5.154.445,87	36,94 %	3.790.854,24	27,16 %	2.714.573,73	19,45 %

Do quadro acima, considerando a despesa empenhada, conclui-se que o Município aplicou 11,94 % acima do limite constitucional em ações de manutenção e desenvolvimento do ensino.

Na mesma linha, atentando-se à despesa liquidada, temos que o Município aplicou 2,16 % acima do limite constitucional.



Aplicação Recursos FUNDEB - apuração até 31/03/2024

O Controle Interno do Município verificou quanto ao FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério dos Profissionais da Educação), prevista na Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que o montante das receitas foi da ordem de 2.161.968,93.

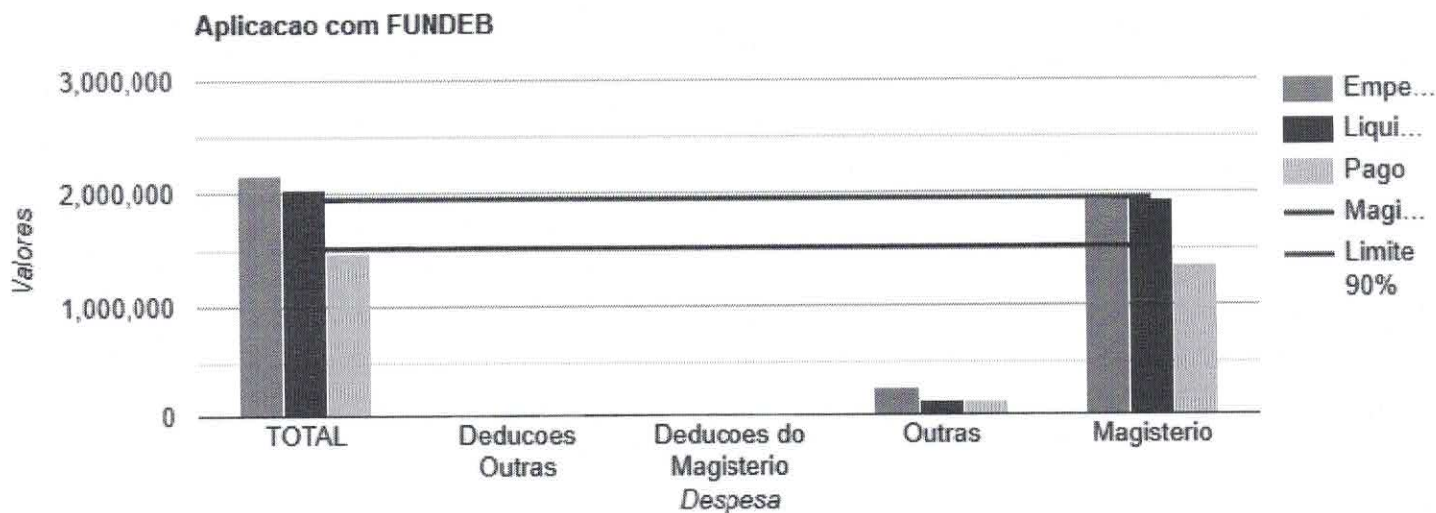
Desta forma, para que ocorra a aplicação mínima de 90% exigidas na lei supramencionada (art. 25, § 3º), será necessária a utilização de, no mínimo, 1.945.772,04 dos recursos do FUNDEB no presente exercício.

Ainda, 1.513.378,25, equivalente a 70% dos recursos do FUNDEB, deverão ser destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício da rede pública (art. 26).

Receitas do FUNDEB :	2.161.968,93					
Valor de aplicação mínima (90%) :	1.945.772,04					
Valor de aplicação mínima (70%) :	1.513.378,25					
DESCRIPTIVO	EMPENHADA	%	LIQUIDADA	%	PAGA	%
Magistério	1.923.644,34	88,98	1.923.644,34	88,98	1.357.815,87	62,80
Outras	239.837,28	11,09	120.003,16	5,55	118.836,50	5,50
Deduções do Magistério	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.163.481,62	100,07 %	2.043.647,50	94,53 %	1.476.652,37	68,30 %

Assim, das informações contidas acima, considerando o total da despesa liquidada, conclui-se que o Município aplicou 94,53 % dos recursos oriundos do FUNDEB dentro do exercício financeiro em que foram creditados, percentual atende ao disposto no artigo 25, §3º, da Lei do FUNDEB.

No que tange à aplicação de no mínimo 70% da receita do FUNDEB na manutenção do magistério, constata-se com base na despesa liquidada a realização do percentual de 88,98 %, cumprindo a determinação do artigo 26, da Lei do FUNDEB.



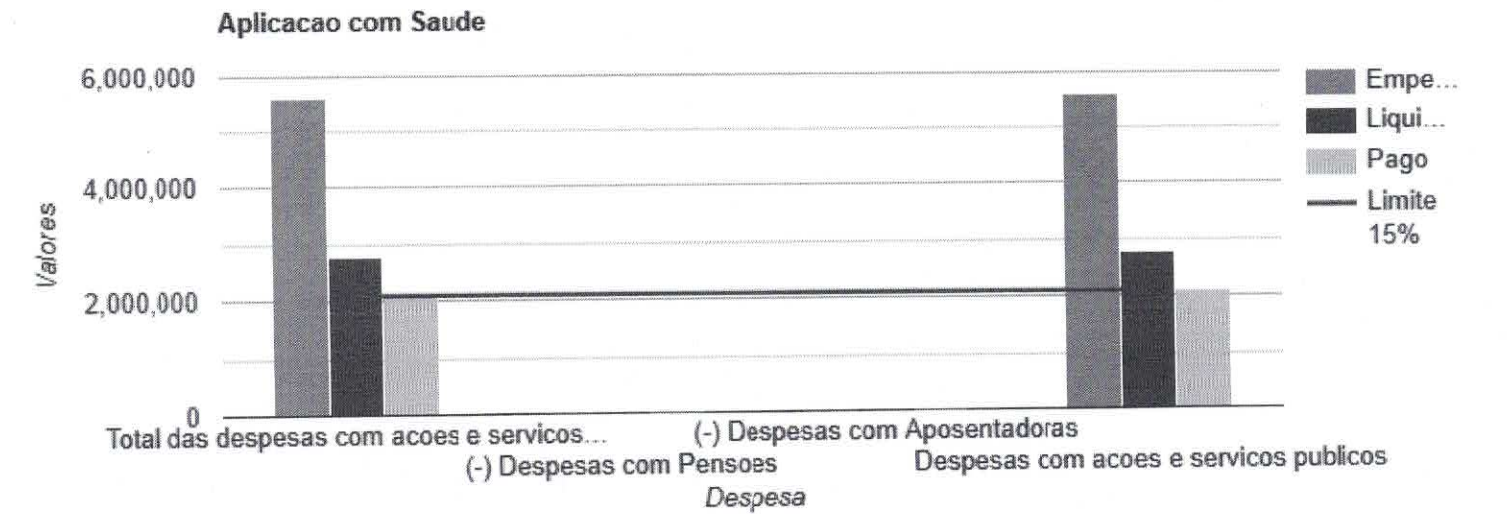
Aplicação na Saúde - apuração até 31/03/2024

Conforme dispõe o artigo 77, III, § 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o Município deve aplicar 15% nas ações e serviços de saúde.

Considerando o total de receita de impostos de 13.955.264,72, a aplicação mínima corresponde a um investimento nas ações da saúde da ordem de 2.093.289,71.

Desta forma, considerando as informações contidas no quadro abaixo, especialmente analisando a despesa liquidada, o Município deu pleno atendimento ao disposto pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000.

Receitas e Transferências de Impostos :					13.955.264,72	
Valor de aplicação mínima (15%) :					2.093.289,71	
DESCRITIVO	EMPENHADA	%	LIQUIDADA	%	PAGA	%
Despesas com ações e serviços públicos	5.600.862,72	40,13 %	2.779.646,44	19,92 %	2.120.514,78	15,20 %
(-) Despesas com Aposentadoras	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
(-) Despesas com Pensões	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
Total das despesas com ações e serviços públicos	5.600.862,72	40,13 %	2.779.646,44	19,92 %	2.120.514,78	15,20 %



Despesas com Pessoal - apuração até 31/03/2024

Na análise da despesa com pessoal, foi necessário apurar a Receita Corrente Líquida (RCL) conforme as normas contábeis em vigência.

Desta forma, a RCL dos últimos doze meses (04/2023 à 03/2024), conforme normas e metodologias da Secretaria do Tesouro Nacional, corresponde a 63.819.372,75.

Além disso, tendo-se em vista que a despesa total com pessoal para o mesmo período (04/2023 à 03/2024) foi da ordem de 33.136.638,15, foi possível apurar o percentual da despesa de pessoal, conforme abaixo:

DESCRIPTIVO	RCL	% REFERÊNCIA
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	34.462.461,28	54,00 %
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	32.739.338,22	51,30 %
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	31.016.215,15	48,60 %
PERCENTUAL DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL (Liquidado)	51,92 %	

Despesas com Encargos Sociais - apuração até 31/03/2024

A análise das despesas com encargos sociais é feita apenas com a finalidade de demonstrar se a entidade tem honrado para com seus compromissos de origem previdenciária/trabalhista.

Assim, segue as despesas empenhadas, liquidadas e pagas para essas naturezas.

DESCRIÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	43.486,92	43.486,92	28.971,96
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS -- [FGTS]	38.045,82	38.045,82	25.522,50
AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	9.540,67	9.540,67	6.056,88
AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE -- [FGTS]	7.033,41	7.033,41	4.403,58
ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	16.287,65	16.287,65	10.967,03
ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL -- [FGTS]	13.233,42	13.233,42	8.951,73
ASSISTÊNCIA SOCIAL - TRANSFERÊNCIAS - ESTADO -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	2.251,88	2.251,88	1.582,41
ASSISTÊNCIA SOCIAL - TRANSFERÊNCIAS - ESTADO -- [FGTS]	2.001,66	2.001,66	1.406,58
CULTURA -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	9.567,47	9.567,47	6.808,13
CULTURA -- [FGTS]	8.579,08	8.579,08	6.082,29
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	5.306,35	5.306,35	3.540,22
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO -- [FGTS]	3.198,13	3.198,13	2.117,79
ENSINO FUNDAMENTAL -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	27.670,11	27.670,11	17.867,91
ENSINO FUNDAMENTAL -- [FGTS]	26.040,94	26.040,94	16.697,25
ENSINO INFANTIL - CRECHE E PRÉ-ESCOLA -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	36.958,30	36.958,30	22.798,09
ENSINO INFANTIL - CRECHE E PRÉ-ESCOLA -- [FGTS]	33.459,22	33.459,22	20.601,68
ESPORTE -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	5.896,28	5.896,28	3.987,61
ESPORTE -- [FGTS]	3.781,94	3.781,94	2.555,60
FUNDEB -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	142.894,66	142.894,66	97.737,05
FUNDEB -- [FGTS - PDV]	88,41	88,41	88,41
FUNDEB -- [FGTS]	130.071,46	130.071,46	88.485,30
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	129.484,12	129.484,12	81.954,88
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE -- [FGTS]	117.115,63	117.115,63	73.774,72
GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	26.214,65	26.214,65	17.183,77
GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS -- [FGTS]	6.759,69	6.759,69	4.514,45
PAB - ATENÇÃO BÁSICA -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	12.194,18	12.194,18	11.440,15
PAB - ATENÇÃO BÁSICA -- [FGTS]	11.636,43	11.636,43	10.966,18
PLANEJAMENTO URBANO -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	55.473,03	55.473,03	39.142,96
PLANEJAMENTO URBANO -- [FGTS]	49.419,68	49.419,68	34.661,53
TURISMO -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	1.805,01	1.805,01	1.244,84
DESPESA TOTAL	975.496,20	975.496,20	652.113,48

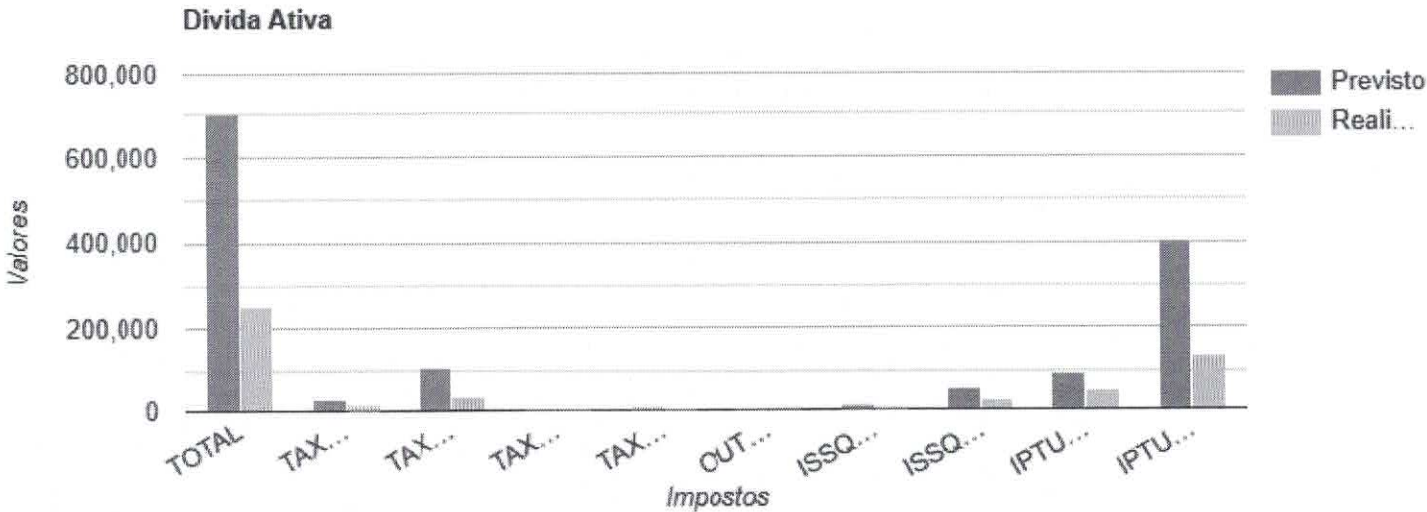
Dívida Ativa - apuração até 31/03/2024

É sabido que a tomada de providências quanto a arrecadação da dívida ativa do Município é de suma importância, tendo sido, inclusive, foco de comunicados e orientações pelas diversas entidades fiscalizatórias, entre elas o Tribunal de Contas.

Desta forma, a tomada de providências no sentido de recuperação desses valores, quer seja via judicial, quer seja administrativamente ou extrajudicial via protesto, é essencial para a consecução dos objetivos da arrecadação.

Nessa linha, segue quadro comparativo entre os valores previstos na Lei Orçamentária com aqueles efetivamente arrecadados por meio da tomada de providências para recuperação dos valores inscritos em Dívida Ativa.

ORIGEM DA RECEITA	PREVISTO	ARRECADADO	%
IPTU - DÍVIDA ATIVA	400.865,00	134.562,49	33,57 %
IPTU- DÍVIDA ATIVA MULTAS JUROS	95.000,00	46.364,34	48,80 %
ISSQN - DÍVIDA ATIVA	51.750,00	23.043,03	44,53 %
ISSQN -DÍVIDA ATIVA MULTAS JUROS	10.350,00	3.958,27	38,24 %
OUTRAS RESTITUIÇÕES – DÍVIDA ATIVA	1.035,00	0,00	0,00 %
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - DÍVIDA ATIVA	5.175,00	1.309,95	25,31 %
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA-D.ATIVA M/JUROS	950,00	466,41	49,10 %
TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - DÍVIDA ATIVA	107.122,50	30.957,82	28,90 %
TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO -D/A M/JUROS	30.000,00	11.204,44	37,35 %
TOTAL	702.247,50	251.866,75	35,87 %



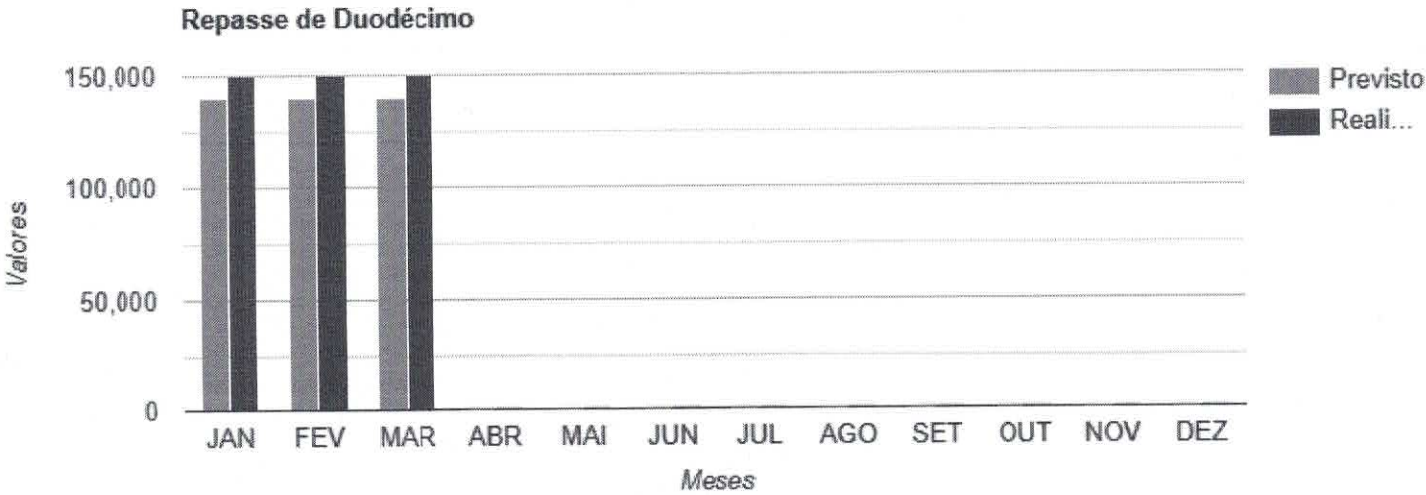
Transferências de Duodécimos - apuração até 31/03/2024

Conforme cronograma de desembolso mensal, os valores a transferir para o Poder Legislativo foram fixados, para o exercício em exame, no montante de 1.680.000,00.

Até o mês atual, foram transferidos o correspondente a 26,79 % do valor total previsto, ou seja, o equivalente a 450.000,00.

Ressaltamos que houve a devolução por parte do Poder Legislativo no montante de 90.000,00.

DESCRIÇÃO	Data	FIXADO	REPASSADO	%
JANEIRO	09/01/2024	140.000,00	150.000,00	107,14 %
FEVEREIRO	08/02/2024	140.000,00	150.000,00	107,14 %
MARÇO	12/03/2024	140.000,00	150.000,00	107,14 %
ABRIL		0.00	0.00	0 %
MAIO		0.00	0.00	0 %
JUNHO		0.00	0.00	0 %
JULHO		0.00	0.00	0 %
AGOSTO		0.00	0.00	0 %
SETEMBRO		0.00	0.00	0 %
OUTUBRO		0.00	0.00	0 %
NOVEMBRO		0.00	0.00	0 %
DEZEMBRO		0.00	0.00	0 %



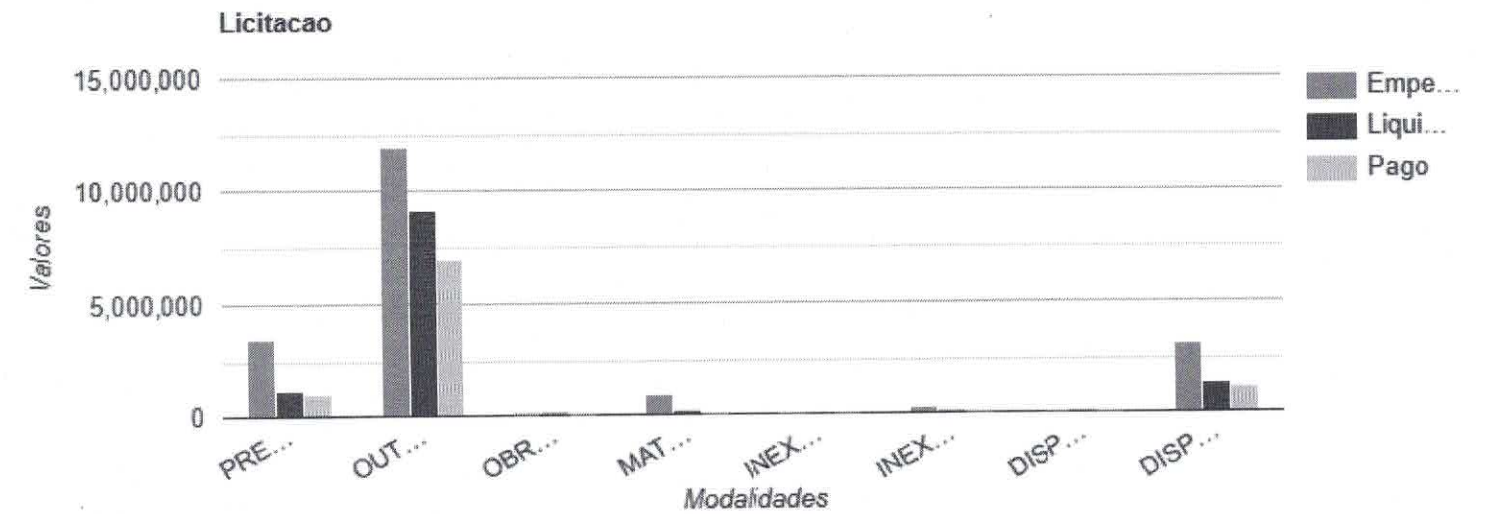
Licitações - apuração até 31/03/2024

Na análise de despesas realizadas com licitação, dispensa ou outras não aplicáveis, constatamos que foram empenhados 19817584,65; liquidados 11939176,33 e pagos 9177521,4.

Dentro desses valores, apurou-se que 17,59% (3485085,03) foram gastos sem licitação (dispensas e inexigibilidades) com base no valor empenhado.

Os dados a seguir melhor demonstram a situação, sendo que foram obtidos com o intuito de demonstrar o percentual de despesas sem a realização de licitação, além de eventual inconsistência entre os valores empenhados, liquidados e pagos.

DESCRIPTIVO	EMPENHADA	%	LIQUIDADA	%	PAGA	%
DISPENSA	R\$ 3.181.609,97	16,05 %	R\$ 1.331.499,48	6,72 %	R\$ 1.108.461,26	5,59 %
DISPENSA ELETRÔNICA	R\$ 39.000,00	0,20 %	R\$ 0,00	0,00 %	R\$ 0,00	0,00 %
INEXIGIBILIDADE	R\$ 234.675,06	1,18 %	R\$ 68.530,95	0,35 %	R\$ 68.530,95	0,35 %
INEXIGIBILIDADE (ART	R\$ 29.800,00	0,15 %	R\$ 4.964,71	0,03 %	R\$ 382,16	0,00 %
MAT / SERV - TOMADA	R\$ 835.060,63	4,21 %	R\$ 174.835,22	0,88 %	R\$ 35.670,22	0,18 %
OBRA TOMADA	R\$ 99.761,75	0,50 %	R\$ 90.429,57	0,46 %	R\$ 90.429,57	0,46 %
OUTRO NÃO APLICÁVEL	R\$ 11.894.272,87	60,02 %	R\$ 9.128.930,98	46,06 %	R\$ 6.903.979,93	34,84 %
PREGÃO PRESENCIAL	R\$ 3.503.404,37	17,68 %	R\$ 1.139.985,42	5,75 %	R\$ 970.067,31	4,89 %



Terceiro Setor - apuração até 31/03/2024

O escopo desse acompanhamento referente ao terceiro setor, aqui, é o de apurar os valores empenhados, liquidados e pagos repassados ou transferidos às entidades do terceiro setor. Isto é, entidades da organização da sociedade civil.

O objetivo primário é o de apenas levantar os numerários, acompanhando a execução financeira, direcionando esforços para quais entidades receberam numerários e quais os maiores montantes em ações de acompanhamento específico.

Abaixo é possível verificar as despesas com terceiro setor:

DESCRIÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
ASSOC DOS VOLUNT DE COMBATE AO CANCER	40.000,00	8.000,00	8.000,00
ASSOC. DAS SENHORAS CRISTÃS NOSSO LAR	102.000,00	25.500,00	25.500,00
ASSOC. HOSP. THEREZA PERLATTI -JAU	25.000,00	6.249,99	6.249,99
ASSOC.DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS "APAE BOCA	232.023,20	57.724,41	57.724,41
LAR VICENTINO DE BOCAINA	667.735,00	241.933,75	141.933,75
SANTA CASA DE MISERICORDIA BOCAINA	2.911.385,12	644.647,20	644.647,20

Créditos Suplementares - apuração até 31/03/2024

Conforme previsto no Art. 7º, I da Lei 4320/64, foram abertos créditos adicionais suplementares no valor de 1.104.314,00 (1,74%), até 31.03.2024, Obedecendo assim o limite de 15,00% previsto na Lei Orçamentária anual nº 3122 de 21/11/2023, o que representa uma autorização prévia de 9.496.497,17, do total de 63.309.981,13 aprovado no orçamento. Foram abertos também créditos suplementares autorizados por leis específicas no valor de 0,00, representando 0,00% do orçamento, totalizando assim um monte de créditos suplementares abertos no valor 1.104.314,00, que corresponde a 1,74% do orçamento aprovado.

Conforme o Art 167, VI da Constituição, foram feitas transposições/remanejamentos e transferências de recursos no valor de 0,00, até a 31.03.2024, Obedecendo assim o limite de 0,00% previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o que representa uma autorização prévia de 0,00, do total de 63.309.981,13 aprovado no orçamento.

Foram também abertos créditos adicionais autorizados em Lei específica(exceções), ou seja, sem computar o percentual aprovado na Lei Orçamentária Anual o valor de 0,00.

E o total de créditos extraordinários abertos somam o valor de 0,00.

Foram abertos créditos adicionais especiais autorizados em Lei específica no valor de 2.803.871,75.

Artigo 42 LRF - apuração até 31/03/2024

O art. 42 da LRF determina que, nos últimos 8 meses da gestão, toda despesa tenha cobertura financeira. Desta forma se, em 30/04, ocorreu sobra de caixa (saldo financeiro maior que as despesas a pagar), não poderá haver, em 31/12, insuficiência monetária para os gastos que passarão a gestão seguinte. O quadro abaixo demonstra que a disponibilidade líquida em 30/04/2024 foi de 0,00 e em 31/12/2024 foi de 0,00, assim o artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Poder: EXECUTIVO

Apuração por Órgao no período de 01/01/2024 até 31/03/2024	R\$
Disponibilidade Financeira no Final do período	12.906.506,29
(-) Saldo de Restos a Pagar até o período	5.371,36
(-) Empenho Liquidados a Pagar até o período	2.761.654,93
(-) Saldo da Despesa Empenhada a Liquidar	7.878.408,32
(-) Valores Restituíveis	93.686,86
(=) Liquidez do Período (superávit, déficit ou equilíbrio)	2.167.384,82
(+) Saldo da Receita Prevista a Realizar	46.832.052,29
(-) Saldo da Despesa Autorizada a Empenhar	45.450.268,23
(-) Saldo das Transferências Financeiras a Realizar	1.230.000,00
(=) Liquidez projetada (superávit, déficit ou equilíbrio)	2.319.168,88

Investimentos

As despesas com Investimentos são monitoradas com a finalidade de se verificar a tendência de realização desta em relação aos valores autorizados na LOA.

O quadro abaixo evidencia quanto de investimento foi empenhado em relação ao autorizado no orçamento e quanto do investimento empenhado já foi liquidado até o período em %

DESCRITIVO	DOTAÇÃO	EMPENHADA	%	LIQUIDADA	%
OBRAS E INSTALAÇÕES	1.923.339,83	99.761,75	5,19	90.429,57	90,65
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	432.134,00	4.951,00	1,15	0,00	0,00
PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADA	125.000,00	20.833,32	16,67	20.833,32	100,00

Despesas com Recolhimento do PASEP - apuração até 31/03/2024

O PASEP é um programa destinado aos servidores públicos, cujo objetivo é formar um patrimônio em nome de cada servidor, garantido para sua segurança financeira no momento da aposentadoria. Essas contribuições devem ser recolhidas de forma adequada e regular pela entidade, para garantir o cumprimento das obrigações perante os servidores beneficiários.

Por meio do acompanhamento das despesas com o PASEP, podemos identificar qualquer desvio, atraso ou inconsistência nos pagamentos. Isso permite tomar medidas corretivas, se necessário, e garantir a conformidade com as obrigações legais e regulamentares.

O Anexo nº 07 apresenta informações registradas sobre as despesas empenhadas, liquidadas e pagas para essa natureza.

A despesa fixada atualizada até 31/03/2024, corresponde a R\$ 505.000,00

DESCRIPTIVO	EMPENHADA	%	LIQUIDADA	%	PAGA	%
PASEP COMP 12/2023 - VENCIMENTO 25/01/2024.	24.012,37	0,05%	24.012,37	0,05%	24.012,37	0,05%
Referente pagamento Pasep	8.022,18	0,02%	8.022,18	0,02%	8.022,18	0,02%
Referente pagamento Pasep	2.650,22	0,01%	2.650,22	0,01%	2.650,22	0,01%
Referente pagamento Pasep	350,15	0,00%	350,15	0,00%	350,15	0,00%
Referente pagamento Pasep	7.507,18	0,01%	7.507,18	0,01%	7.507,18	0,01%
Referente pagamento Pasep	16.897,85	0,03%	16.897,85	0,03%	16.897,85	0,03%
PASEP 01/2024 - VENCIMENTO 23/02/2024.	26.295,62	0,05%	26.295,62	0,05%	26.295,62	0,05%
Referente pagamento Pasep	2.414,58	0,00%	2.414,58	0,00%	2.414,58	0,00%
Referente pagamento Pasep	210,85	0,00%	210,85	0,00%	210,85	0,00%
Referente pagamento Pasep	5.375,44	0,01%	5.375,44	0,01%	5.375,44	0,01%
Referente pagamento Pasep	7.524,22	0,01%	7.524,22	0,01%	7.524,22	0,01%
PASEP 02/2024 - VENCIMENTO 25/03/2024.	14.337,25	0,03%	14.337,25	0,03%	14.337,25	0,03%
Referente pagamento Pasep	1.200,32	0,00%	1.200,32	0,00%	1.200,32	0,00%
Referente pagamento Pasep	6.964,78	0,01%	6.964,78	0,01%	6.964,78	0,01%
TOTAL	123.763,01	24,51%	123.763,01	24,51%	123.763,01	24,51%

Precatórios e RPV - apuração até 31/03/2024

O pagamento de precatórios é um processo fundamental para garantir a justiça e o cumprimento das obrigações judiciais. Os precatórios representam valores reconhecidos pelo poder judiciário que devem ser pagos por órgãos públicos a indivíduos ou entidades beneficiárias de decisões judiciais.

Para o exercício de 2024, a dotação atualizada até o período de análise é de R\$ 227.000,00, destinada à manutenção de precatórios, e de R\$ 0,00, destinada à manutenção de Sentenças de Pequeno Valor (RPV),

No Anexo nº12, é possível verificar de forma detalhada as despesas relacionadas aos precatórios e RPV mencionados anteriormente. Essas informações fornecem uma visão clara e objetiva do cenário financeiro, permitindo análises mais precisas e tomadas de decisão embasadas.

SENTENÇAS JUDICIAIS (RPV)	EMPENHADA	%	LIQUIDADA	%	PAGA	%
OUTRAS SENTENÇAS JUDICIAIS	42.603,75	> 100	42.603,75	> 100	42.603,75	> 100
DIVERSAS SENTENÇAS	7.670,48	> 100	7.670,48	> 100	7.670,48	> 100

Parecer do Agente do Controle Interno.

O relatório do Controle Interno de acordo com a documentação recebida de outros setores, devidamente analisada, e pelos acompanhamentos dos procedimentos operacionais, não foi constatados irregularidades ou desperdícios na gestão dos setores e dos recursos da Prefeitura Municipal de Bocaina.

O relatório foi publicado fora do período regular, porque a titular do cargo de Controlador Interno encontra-se afastada por licença médica.

Nomeou para substituição o Sr Sergio Ariovaldo Pegorin, conforme portaria nº 043/2024, publicano dia 16/04/2024 no Diário Oficial do Município - ano VII - edição 1175 - pag 5.

Bocaina, 16 de Maio de 2024



Sergio Ariovaldo Pegorin
Agente Administrativo